

ANÁLISE CONJUNTURAL DA PROPENSÃO MÉDIA A CONSUMIR NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO COMPARATIVA DOS PERÍODOS 2002-2003 E 2017-2018

Danilo Moraes Nascimento¹

Débora Juliene Pereira Lima²

Ana Márcia Rodrigues da Silva³

Resumo: O objetivo deste trabalho é comparar a distribuição da propensão a consumir dos brasileiros entre 2003-2004 e 2017-2018 com base nos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE. Por meio desses microdados foi realizada uma simulação contrafactual entre as distribuições da Propensão Média a Consumir (PmeC), comparando o comportamento de alguns fatores explicativos da renda – conforme a aplicação do método DFL de DiNardo, Fortin e Lemieux (1996). Os resultados apontam uma tendência de queda da propensão a consumir, o que pode ser explicado pela crise de 2014-2016, cujos impactos foram sentidos, sobretudo, pelos indivíduos com menores rendimentos.

Palavras-chave: Propensão a consumir; Brasil; método DFL

Área Temática: 1. ECONOMIA

1 INTRODUÇÃO

Considerando o desenvolvimento da economia brasileira, é possível identificar distintas conjunturas políticas que influenciam o comportamento dos indicadores macroeconômicos. Resende e Terra (2020), analisando o período de 2004 a 2016, ressaltam a relação do fator cíclico da economia brasileira com as mudanças de política econômica e com a crise que se instaurou após 2014, ressaltando os efeitos desses fatores sobre a demanda agregada. Sendo assim, é preciso enfatizar que as mudanças na dinâmica econômica, sejam elas ditadas por fatores endógenos ou exógenos, alteram os padrões da renda e, por consequência, do consumo, o que pode afetar a estrutura do desenvolvimento socioeconômico por meio da demanda agregada.

Deste modo, é válido aprofundar as análises que estudam o comportamento do consumo dos brasileiros frente à alteração da distribuição da renda, principalmente no período pós-estabilização (após os anos 1994). Sintetizando a trajetória do Brasil nas duas últimas décadas, é possível observar alguns avanços sociais e econômicos significativos nos

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Economista pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). danilomn1998@gmail.com

² Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora de Economia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) debora.lima@unifal-mg.edu.br

³ Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora de Economia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) ana.rodrigues@unifal-mg.edu.br

anos 2000. Posteriormente, nos anos 2010, a conjuntura brasileira passou a ser demarcada por altas instabilidades econômicas e políticas, principalmente após 2013 – o que culminou na crise do período 2014-2016.

Visto que esses fatores conjunturais modificaram os padrões de consumo no território nacional, a presente pesquisa traz a seguinte questão: como a propensão a consumir dos brasileiros se alterou entre o começo dos anos 2000 e o final dos anos 2010? Como hipótese, considera-se que a crise econômica de 2014-2016 reduziu a propensão a consumir dos brasileiros por meio da contração da renda, demarcando limitações no desenvolvimento socioeconômico no país.

Comparando os contextos históricos com algumas variáveis macroeconômicas e comportamentais, centrando-se naquelas que explicam as variações da renda e do consumo, pode-se estimar os possíveis efeitos entre as propensões a consumir dos brasileiros e as recentes mudanças conjunturais do país. Tal possibilidade de estudo empírico permite desenvolver o objetivo geral do presente trabalho, que é o de comparar a distribuição da propensão a consumir dos brasileiros entre os períodos 2003-2004 e 2017-2018⁴.

Com essa finalidade, propõe-se aqui alguns objetivos específicos de pesquisa. Em primeiro lugar, objetiva-se analisar as alterações gerais do consumo, da renda e da Propensão Média a Consumir entre 2003-2004 e 2017-2018. Posteriormente, tendo como intenção aprofundar os resultados empíricos das relações entre variáveis, o trabalho objetiva aplicar uma simulação contrafactual entre as distribuições da Propensão Média a Consumir entre os períodos estudados, comparando seus comportamentos com base em alguns fatores explicativos da renda.

Os métodos utilizados se dividem em dois grupos. Para as análises gerais, foram utilizadas algumas estimações de estatística descritiva (média, mediana, desvio padrão, frequência e percentis) sobre os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), dividindo-os em categorias de classes de renda – em intervalos de Salário Mínimo. Na simulação contrafactual dos fatores conjunturais, utiliza-se a análise DFL, proposta por DiNardo, Fortin e Lemieux (1996), comparando diferentes curvas de densidade de probabilidade (da Propensão Média a Consumir) diante das alterações temporais dos fatores explicativos.

Dadas as temáticas tratadas, a realização deste trabalho se justifica pelas suas contribuições para o campo dos estudos empíricos e teóricos que tratam da importância do consumo para o desenvolvimento do país. As aplicações quantitativas pretendem mostrar as relações de impacto das decisões macroeconômicas na capacidade de consumo dos indivíduos, fato que pode elucidar o papel da distribuição da renda – em suas diferentes classes – na demanda agregada.

Para isso, este trabalho foi dividido, para além desta introdução, em outras cinco seções. A seguir, será apresentado um breve referencial teórico para elucidar os impactos das modificações conjunturais na renda e no consumo dos brasileiros nas décadas 2000 e 2010. Os dados e os métodos utilizados serão explicados na terceira seção. A quarta e a quinta seção discutem, consecutivamente, os resultados encontrados com as aplicações das estatísticas descritivas e das análises contrafactuais. Por fim, serão apresentadas algumas considerações finais.

⁴ O recorte do período de análise se justifica pelo cruzamento entre as conjunturas analisadas, que englobam os fatos ocorridos entre as décadas de 2000 e 2010, e a disponibilidade temporal dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, que foi utilizada para extrair alguns dados sobre renda, consumo e características gerais dos indivíduos analisados.

2. FATORES TEÓRICOS E CONJUNTURAIS DA RENDA E DO CONSUMO

2.1 A TEORIA KEYNESIANA DA PROPENSÃO A CONSUMIR

Uma análise da relação entre o consumo e a renda exige que sejam recuperados os ensinamentos de Keynes (1988 [1936]) sobre a propensão a consumir. No capítulo 10 da Teoria Geral, o autor evidencia o conceito de Propensão Marginal a Consumir ($PmgC$), como a razão entre a variação do consumo (ΔC) e a da renda (ΔY) dos indivíduos (i), ou seja, ela expressa quanto da renda adicionada é consumida - a equação (1) demonstra o cálculo da $PmgC$. Keynes percebe, analisando empiricamente essa relação, que, quanto maior a variação positiva da renda, menor será a variação do consumo. Colocando de outro modo, as pessoas com maior agregação de renda tendem a consumir cada vez menos o percentual da renda agregada – Princípio da Lei Psicológica Fundamental.

$$PmgC_i = \frac{\Delta C_i}{\Delta Y_i} = \frac{dC_i}{dY_i} \quad (1)$$

Na lógica do progresso produtivo, quando se considera o comportamento da demanda agregada, deve-se destacar que a propensão a consumir é um elemento fundamental na determinação do investimento. Keynes apresenta a ideia de Eficiência Marginal do Capital ($EmgK$), que é determinada pela “relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção”, comportando-se como uma espécie de “taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta”, ou seja, é a taxa que determina o quanto um fluxo de receita previsto varia em compensação à uma alteração nos custos de aquisição de capital (KEYNES, 1988 [1936], p. 101). A “renda esperada” da unidade de investimento pode ser mensurada pela expectativa do consumo futuro de uma dada sociedade. Logo, quanto maior a propensão a consumir dos indivíduos, maior será a perspectiva de investimento produtivo.

Seguindo a mesma lógica da relação entre consumo e investimento, é válido destacar o multiplicador proposto por Keynes no capítulo 10 da Teoria Geral. Conforme o mostrado pelas equações (2) e (3), quanto maior a $PmgC$, mais elevado será o efeito multiplicador (k) da variação do investimento (ΔI) sobre a renda (ΔY), formando um ciclo positivo entre a renda, o consumo e o investimento. Tal lógica se encontra inserida na dinâmica da demanda agregada, uma vez que o investimento efetivado, em dado nível de capacidade produtiva e de emprego, permite a contratação de mais mão de obra (direta ou indireta), progredindo os salários e, conseqüentemente, a renda, permitindo novos ciclos de consumo e investimento. Nesta tese encontra-se o Estado como gestor central das políticas econômicas, responsáveis pela contração ou expansão do investimento (geração de emprego) e do multiplicador da renda.

[...] se a propensão a consumir em várias circunstâncias hipotéticas (bem como em algumas outras condições) for dada como aceita, e se supormos que a autoridade monetária ou outra autoridade pública tomem medidas para estimular ou retraindo o investimento, a variação do volume de emprego será função da variação líquida do montante do investimento (KEYNES, 1988 [1988], p. 87).

$$\Delta Y = K \cdot \Delta I \quad (2)$$

$$K = \frac{I}{I - PmgC} \quad (3)$$

Por questões pragmáticas, visto a natureza transversal dos dados analisados, o presente trabalho utiliza a Propensão Média a Consumir (*PmeC*) como referência quantitativa, que é medida pela razão entre o consumo do indivíduo sobre a sua renda em um dado período, como mostra a equação (4), que indica o percentual da renda consumida. Considerando essa perspectiva keynesiana, o indicador permite estimar a relação entre renda e consumo em dois períodos diferentes (e não entre períodos, como objetiva a *PmgC*), possibilitando a identificação dos possíveis impactos das conjunturas tratadas na propensão a consumir dos brasileiros.

2.2 RENDA E CONSUMO NO BRASIL DOS ANOS 2000 E 2010

Contextualizando essa relação entre a renda e o consumo para o Brasil após a estabilização macroeconômica da década de 1990, é válido levar como ponto de apoio os diferentes cenários conjunturais que acabaram por condicionar a renda e, conjuntamente, o consumo dos brasileiros nas décadas de 2000 e de 2010. Intermediando o macrociclo econômico das duas últimas décadas, coloca-se aqui a crise de 2014-2016 como o momento central de inflexão na conjuntura socioeconômica do país.

Sampaio (2019), ao observar o movimento cíclico da economia brasileira nos anos mais recentes, verifica, entre 2003 e 2007, a condução do crescimento por meio da expansão do crédito, pela valorização do Salário Mínimo e pelas políticas sociais de inclusão, mas sem uma oferta diversificada correspondente às novas demandas (principalmente no que diz a respeito do investimento industrial). Porém, a crise global de 2008, “forçou” a retomada do investimento interno via gastos públicos contracíclicos, processo que assegurou a manutenção do consumo e da renda – dado que a taxa de variação média do consumo das famílias no Brasil saltou de 3,3%, no período 2003-2006, para 5,9%, em 2007-2010 –, assim como o nível de investimento – a taxa média anual de variação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) passou de 3,2% para 9,8% entre os mesmos períodos citados anteriormente (SAMPAIO, 2019, p. 117).

A instabilidade política no Brasil e sua correlata crise econômica, fundada entre 2014 e 2016, proporcionou um desaceleração, projetando uma reversão da demanda agregada, pela fragilização do tripé investimento-renda-consumo. Tal fato se concretiza pela reversão do posicionamento das políticas econômicas do período, as quais passaram a refletir as novas propostas pró-cíclicas (ou ortodoxas) – Prates, Fritz e De Paula (2019) discutem mais a fundo o conjunto das políticas adotadas entre 2013 e 2016 –, processo que foi agravado pelo novo arcabouço neoliberal de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), como apontam Oliveira e Amorim (2022). Analisando o impacto da crise na renda e no consumo, retomando os dados de Sampaio (2019, p. 117) é possível observar que a taxa de variação média anual do consumo das famílias caiu de 3,2% para -2,2%, entre os períodos 2011-2014 e 2015-2017 – o PIB passou de 2,3% para -2,0% e a FBCF passou de 2,2% para -8,8% (entre os dois últimos períodos referidos).

Discorrendo de forma mais analítica, Vaz e Hoffman (2021) mostram que entre 2004 e 2014, período de consolidação de alguns avanços socioeconômicos no Brasil, o consumo, principalmente das pessoas localizadas na base da distribuição de renda, se diversificou, descontraindo uma parte das demandas reprimidas dos brasileiros. Tal movimento é explicado pela evolução simbiótica entre a redução da pobreza, condicionada pelos arranjos no mercado de trabalho e pelas políticas sociais de renda, e a expansão dos mercados dos

consumidores. Por outro lado, os dados apresentados por Vaz e Hoffman (2021) explicitam que, entre 2008 e 2017, os gastos de consumo ficaram concentrados nos bens não duráveis, o que é uma consequência direta da persistente desigualdade de renda, que ainda mostravam um distanciamento extremo entre as camadas sociais (apesar dos avanços dos anos anteriores), sendo que os 10% do topo da distribuição da renda familiar acumulavam cerca de 63% dos gastos totais, enquanto os 50% mais pobres não agregaram nem 10% do consumo agregados – isso para o ano de 2017 (VAZ; HOFFMAN, 2021, p. 179).

Tais fatos mostram que a dinâmica do consumo, inserida dentro dos novos parâmetros da desigualdade de renda após a segunda metade da década de 2010, é um esboço dos efeitos da crise político-econômica de 2014-2016. Ponderando sobre a massa da população, Hoffman (2021) humaniza a dinâmica do consumo do período ao tratar da insegurança alimentar no Brasil, afirmando que a redução deste indicador entre 2004 e 2013 foi profundamente revertida no período 2017-2018. Pode-se pontuar que isto é um reflexo direto do aumento do desemprego e do padrão de produção voltado para fora do país, conforme os arranjos econômicos montados entre o final do governo Dilma e o governo Temer.

No entanto, quando se fala dos avanços sociais e dos seus sucessivos declínios no Brasil, é preciso trazer à tona a classe média ascendente brasileira para dentro do debate sobre a evolução da renda e do consumo no país. Sales (2021) observa a heterogeneidade dentro dessa categorização, diferenciando em três grupos: classe média-baixa, classe média-média e classe média-alta. Analisando os dados, a autora pontua níveis distintos de consumo (sendo esse mais concentrado entre a classificação de menor renda) e, no período após a crise de 2014-2016 – diante dos dados de 2017-2018 –, percebe-se que os gastos das classes médias passam a se concentrar em despesas financeiras e pagamento de empréstimos, o que pode ser entendido como uma vazão dos gastos do setor produtivo para o setor financeiro, isto em um cenário de alto desemprego. O resultado disso é um modelo econômico desestruturado do lado consumo, fato que inviabiliza a retomada da demanda agregada em momentos de crise, como após o período 2014-2016.

As constatações sobre as mudanças no padrão de despesas das classes médias demonstram que nas últimas décadas elas não encontraram prosperidade, mas sim, precariedade, sendo incluída na experiência catastrófica do mercado, através da implementação de um receituário neoliberal das classes médias, diante de uma provisão pública deficiente. [...] Sendo assim, as políticas engendradas na primeira década deste século, embora tenham promovido alguma mudança no padrão de consumo das famílias de classes médias mais pobres, não foram capazes de proporcionar maior estabilidade das oportunidades conquistadas, tendo seu resultado contribuído mais para o alargamento do consumo na base deste estrato do que para uma redistribuição das condições socioeconômicas da população (SALES, 2021, p. 117-118).

Brenk (2019) tenta entender esse processo de fragilidade da estrutura econômica brasileira após os anos 2000, usando da perspectiva da causação circular entre estrutura produtiva e demanda agregada. Dentre os fatores limitadores do crescimento econômico brasileiro pontuados pela autora (que incluem a restrição externa e o processo inflacionário), vale destacar aqui a distribuição da renda e seu formato de concentração. A questão permeia os conflitos distributivos e o movimento de redistribuição de renda mais focado na base da distribuição (redução das disparidades salariais), enquanto a porção da renda dos mais ricos se manteve estável, combinação que “sufocou” a classe média brasileira. Logo, com esse formato da distribuição da renda, em paralelo com o processo de desindustrialização, o consumo adicional passa a se concentrar no setor de prestação de serviços, o que demarca as “vazões da demanda efetiva para fora”, visto a relevância das importações nos anos 2000.

Com essas colocações, é possível refletir sobre a vulnerabilidade da demanda agregada e dos padrões do consumo durante a crise recente. Em um cenário de vazão de consumo, principalmente por parte da classe média, enfraquece-se o potencial da demanda agregada na recuperação econômica, uma vez que existe uma “quebra” no ciclo consumo-investimento-emprego. Rezende, Lima e Veloso (2021) pontuam esse aspecto da economia brasileiro através do cálculo da multiplicador keynesiano. Para os autores, o período 1990-2019 demarca uma redução do efeito multiplicador em relação ao período 1947-1989 – o qual passou de 2,30 para 1,80. Em contexto conjuntural, esses fatores podem ser explicados pela continuidade das políticas liberalizantes e de abertura dos anos 1990, o que subordina os padrões de consumo desnacionalizados.

Partindo dessas premissas, a ideia da dependência estrutural abrange o consumo e a produção (destacando o setor de *commodities*), condições que subordinam o indivíduo, como trabalhador e consumidor, aos movimentos externos da economia. Criam-se fragilidades no mercado de consumo e no mercado de trabalho, os quais estão interligados no processo de efetivação da demanda, situação em que o agravante da crise distancia a realidade brasileira do desenvolvimento internalizado e mais igualitário.

Resende e Terra (2020) tocam nessa relação entre a crise econômica brasileira e o nível de consumo e renda no país, considerando uma perspectiva macroeconômica das políticas adotadas durante as fases cíclicas recentes. Para os autores, a política de estímulo ao consumo, baseadas na valorização real do Salário Mínimo e nas políticas de distribuição de renda (como o Programa Bolsa Família), questão que, em partes, também contou com a política de crédito⁵, foi movimentada pelas decisões monetárias, cambiais e fiscais, isto em um processo de sinalização das expectativas para formatação das convenções dos setores privados. Logo, a partir do momento em que a taxa de juros aumenta, como medida para controle cambial e inflacionário, e os gastos públicos são limitados pelo controle fiscal, reverte-se a ascensão do consumo pelo endividamento via crédito e pelos salários (consequência do aumento do desemprego via redução dos investimentos) – questão que afeta com mais intensidade a capacidade de consumo da base da distribuição de renda (onde se encontra a massa dos trabalhadores).

Sintetizando as ideias, percebe-se que dentro da lógica keynesiana, em que se esboça a relação dinâmica entre investimento, emprego e consumo, este último subordina e é subordinado pelos dois primeiros – a interação desses fatores formam renda e o produto nacional. Deste modo, os movimentos macroeconômicos, sob o domo da condução política e das formatações entre as classes sociais-produtivas existentes, condicionam a renda e o consumo da população, proporcionando variações na distribuição da *PmeC* ao longo dos movimentos de estabilidade e instabilidade conjunturais. Essas colocações visam colaborar com a construção de uma perspectiva sistêmica das consequências sociais e econômicas da crise de 2014-2016 no Brasil.

3. DADOS E MÉTODOS

3.1 RENDA, CONSUMO E PROPENSÃO A CONSUMIR NOS MICRODADOS DA POF

Os microdados utilizados foram extraídos da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considera-se

⁵ Sicsú (2019) elabora uma análise mais centrada nessa questão da “era do consumo” e no processo do endividamento no Brasil durante os anos 2000, relacionando as políticas monetárias expansionistas com um processo de avanço do investimento. Argumenta-se sobre a existência de uma relativa estabilidade da demanda agregada (consumo e investimento), mesmo com a existência de um alto nível de endividamento das famílias, visto que o aumento contínuo da renda real sinalizava uma garantia para o pagamento das dívidas.

aqui, para fins práticos, convergindo com o intervalo de tempo proposto nas análises, as pesquisas realizadas em duas periodicidades distintas: 2002-2003 e 2017-2018.

Dentre as variáveis encontradas dentro da POF, a despesa e a renda são representadas por unidades monetárias (em reais), considerando o valor corrente do período analisado. Os dados obtidos apresentam informações tanto dos indivíduos, como da residência e da Unidade de Consumo (UC), sendo que esta última é definida como à medida que abrange “um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia” (IBGE, 2021, p.11).

É importante ressaltar aqui que os microdados estão divididos em vários bancos de dados. Foram considerados oito cadernetas de despesa em 2002-2003⁶ e uma referente às informações pessoais (categóricas) e de renda – Registro de Pessoas. Nos microdados referenciados em 2017-2018 foram utilizados quatro bancos de dados⁷ na análise do consumo, da renda e de algumas informações categóricas gerais sobre as observações. Para padronizar a análise, foi utilizado como unidade de análise o indivíduo (os moradores das UC), sendo necessário tratar os valores das despesas coletivas de forma *per capita* – dividindo esses valores pelo número de residentes da UC e atribuindo-os a cada pessoa da UC em questão. As variáveis categóricas, que visam especificar as diferentes condições socioeconômicas dos indivíduos, serão apresentadas mais adiante na ponderação do método DFL.

Somando-se essas despesas “individualizadas” com as pessoas individuais, formou-se a variável representativa do consumo ($C_{i,t}$) de cada pessoa (i) em um determinado período (t). Para a estimação da renda dos indivíduos observados ($Y_{i,t}$), dividiu-se a “renda total da Unidade de Consumo” pela quantidade total de moradores registrada na UC, obtendo-se uma renda total mensal *per capita*, correspondente à unidade de consumo de cada indivíduo (i) em um dado período (t). Logo, seguindo os pressupostos teóricos, o cálculo da Propensão Média a Consumir ($PmeC$) de cada observação foi estimado pela razão entre o consumo e renda *per capita*, conforme mostra a equação (4).

$$PmeC_{i,t} = \frac{C_{i,t}}{Y_{i,t}} \quad (4)$$

Considerando o delineamento amostral da POF, neste estudo foi utilizada a população expandida através da amostra coletada. Isto significa que a população de análise corresponde à total população brasileira, visto que a delimitação geográfica, condizente com o objetivo de se analisar a renda e propensão a consumir no Brasil, apresenta-se em seu âmbito nacional⁸.

⁶ Despesa Coletiva de 90 dias, Despesa Coletiva de 12 meses, outras Despesas Coletivas, Despesas Coletivas com Serviços Domésticos, Caderneta de Despesas Coletivas, Despesas Individuais, Despesas Individuais com Veículos e Despesas Individuais Especiais.

⁷ Despesa coletiva, Caderneta Coletiva, Despesa Individual e Moradores. Nas Despesas Individuais estão categorizadas as despesas para cada morador, sendo que os bens e serviços individuais são distintos do coletivo. O arquivo referente aos moradores também contém informações gerais.

⁸ Os microdados da POF possuem dimensão geográfica (ou espacial) ampla, sendo que o seu desenho amostral abrange os seguintes níveis: Brasil, Grandes Regiões (chamadas aqui de Macrorregiões), Regiões Metropolitanas, Municípios das Capitais e Unidades da Federação – distinguindo as observações entre residências urbanas e rurais.

3.2 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Indo de acordo com a necessidade de se esboçar uma visão geral do comportamento da renda, do consumo e da *PmeC* no recorte temporal estudado, o trabalho foca-se, inicialmente, em apresentar algumas estatísticas descritivas mais abrangentes a respeito dessas variáveis. Com isso, objetiva-se delinear um panorama sobre as mudanças ocorridas entre os períodos 2002-2003 e 2017-2018, fato que deve considerar as alterações conjunturais discutidas na segunda seção.

De modo geral, tal aplicação centra-se em mostrar a média, o desvio padrão e a mediana (50º percentil) da renda dos brasileiros nos dois períodos estudados. Com isso esboça-se as mudanças gerais no padrão de distribuição dos rendimentos através do tempo. Em um segundo momento, fazendo paralelo com a visão geral das diferenças distributivas da renda, as estatísticas se voltam para o percentual (frequência) do consumo total das diferentes categorias da renda (em intervalos de Salário Mínimo⁹) em relação ao consumo total dos brasileiros (soma de todas as categorias). Por fim, utilizando-se da mesma categorização pelo Salário Mínimo (SM), a análise categoriza a média da *PmeC* de cada grupo, formando uma perspectiva geral da distribuição da propensão a consumir em relação aos diferentes níveis de renda.

3.3 DENSIDADE DE KERNEL REPONDERADA

Para estimar alterações na *PmeC* dos brasileiros entre 2002-2003 e 2017-2018, foi utilizado o método de estimação contrafactual baseado na densidade de Kernel reponderada, seguindo o trabalho de DiNardo, Fortin e Lemieux (1996). Em resumo, o método estima a curva densidade de probabilidade de Kernel e a compara com a sua estimação contrafactual considerando um fator de reponderação ($\psi_z(z)$), considerando um grupo variáveis explicativas (z). A equação (5) apresenta o cálculo original da densidade de Kernel, sendo que i é a unidade amostral, $f_h(x)$ é a estimativa da densidade de Kernel, θ_i simboliza o peso em i (em que $\sum_{i=1}^n \theta_i = 1$), h é a largura dos intervalos (*bandwidth*)¹⁰ e $K(\cdot)$ a função de Kernel. A equação (6) esboça a mesma estimação, só que considerando o seu fator de reponderação, especificado na equação (7).

$$f_h(x) = \sum_{i=1}^n \frac{\theta_i}{h} K\left(\frac{x-X_i}{h}\right) \quad (5)$$

$$f_h(x) = \sum_{i=1}^n \frac{\theta_i}{h} \psi_z(z) K\left(\frac{x-X_i}{h}\right) \quad (6)$$

$$\psi_i(Z) = \frac{dF(z|y_s=2017-2018)}{dF(z|y_s=2002-2003)} \quad (7)$$

⁹ As estimativas dos Salários Mínimos para os períodos foram calculadas de acordo com a média dos valores entre 2002 e 2003 e entre 2017 e 2018. Para o primeiro período o valor do SM foi de R\$ 220,00 (que em valores reais é equivalente a R\$ 1.050,56 para o período 2017-2018). Para 2017-2018 o SM foi de aproximadamente R\$ 945,50 – o SM sofreu uma desvalorização real entre os períodos.

¹⁰ O cálculo da largura do intervalo (ou da banda) geralmente segue o critério da média integrada do erro quadrático.

Para a execução do método, utiliza-se de regressões logísticas que irão determinar os valores contrafactuais da *PmeC* (colocadas aqui em seus valores de logaritmo natural, processamento necessário para aproximar sua distribuição da normalidade) com base em suas variáveis dependentes (y). Como o arranjo das variáveis explicativas (x) – que foram representadas na equação anterior pelo agrupamento dos fatores explicativos (z), conjunto demonstrado na equação (8) – varia de acordo com o valor binário variável dependente ($y=1$ ou $y=0$), o modelo DFL irá simular a distribuição da *PmeC* da variável explicada nula ($y=0$) caso ela fosse não-nula ($y=1^*$), formando-se a curva contrafactual. A equação (9) busca expressas relações.

$$Z = \{x_1, x_2, \dots, x_n\} \quad (8)$$

$$PmeC \leftarrow y = \beta_0 + \beta x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_n x_n + \varepsilon \quad (9)$$

Explicando esse processo no contexto do presente trabalho, a DFL, nos critérios estatísticos de Azevedo (2005), permite a diferenciação do logaritmo natural da *PmeC* diante da diferença da distribuição dos valores entre 2002-2003 ($y=0$) e 2017-2018 ($y=1$), ponderando-os pelo diferentes arranjos binários dos fatores explicativos para estimação de valor simulado de 2002-2003 ($y=1^*$), caso estes se “comportem” no seu padrão de 2017-2018. Colocando em outras palavras, o método permite comparar visualmente as curvas de distribuição da *PmeC* diante dos possíveis impactos das mudanças conjunturais, entre os períodos estudados, sobre os fatores explicativos da divisão da renda no Brasil. As variáveis binárias utilizadas como fatores explicativos da renda estão destacadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Fatores explicativos

Fator explicativo	Nome da Variável	Descrição
Trabalhador	<i>Trab</i>	Variável binária dividida entre trabalhadores (<i>Trab</i> =1) e empregadores (<i>Trab</i> =0). Seguindo os dados da POF, a classificação dos trabalhadores engloba os domésticos, os empregados no setor público e privado, os militares, os trabalhadores por conta própria e os não remunerados.
Eixo-Norte	<i>ENorte</i>	Variável que identifica se os indivíduos residem no Eixo-Norte (<i>ENorte</i> =1) – regiões Norte e Nordeste – ou Eixo-Sul (<i>ENorte</i> =0) – Sul, Sudeste e Centro-Oeste.
Não-Branco	<i>NBranco</i>	Variável que indica se o indivíduo é não-branco (<i>NBranco</i> =1), o que inclui as categorias pretos, pardos, amarelos, indígenas e não declarados ou branco (<i>NBranco</i> =0).
Abaixo do 90º Percentil	<i>AbPerc90</i>	Identifica os indivíduos que estão abaixo do 90º percentil da renda (<i>AbPerc90</i> =1), distinguindo-os daqueles que estão acima (<i>AbPerc90</i> =0) – os 10% das observações que contêm as maiores rendas.
Acima do 10º Percentil	<i>AcPerc10</i>	Separa os indivíduos que estão acima do 10º percentil (<i>AcPerc10</i> =1) daqueles que estão abaixo (<i>AcPerc10</i> =0) – os 10% das observações que possuem as menores rendas

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da POF (IBGE).

Para analisar o impacto de cada fator explicativo na variação das curvas de distribuição estimadas, o método DFL utiliza do processo de decomposição desses fatores. Em suma, subtrai-se, consecutivamente, cada um dos fatores explicativos na estimação da curva contrafactual, obtendo-se, a cada retirada, um valor diferente da distribuição. Comparando, graficamente, a diferença entre a curva de distribuição real com a contrafactual, e construindo outras curvas simuladas, cada uma com a ausência de um fator explicativo, é possível ver se a diferença aumenta ou se reduz com a retirada de dada variável. Logo, isso possibilita afirmar o grau de contribuição de cada variável na estimação dos modelos estatísticos, ou seja, permite “diagnosticar” o peso de cada fator na diferenciação da *PmeC* diante dos diferentes períodos.

4. PANORAMA GERAL DA RENDA E DO CONSUMO

Observando as variações na distribuição da renda de forma generalizada, a Tabela 1 evidencia a existência de uma tendência de queda nos valores reais dos rendimentos entre 2002-2003 e 2017-2018, analisando a média (redução de 25%) e a mediana (redução de 11%) – representada pelo 50º percentil. Todavia, as menores reduções se concentraram nos percentis mais baixos, demarcando aqueles indivíduos que estão nas camadas mais baixas da distribuição da renda, isso quando comparados com aqueles que estão acima do 50º percentil. Tal padrão de contração pode ser explicado pela maior segurança de renda entre os mais vulneráveis a partir dos anos 2000, o que é consequência das políticas salariais e de distribuição de renda (como o Programa Bolsa Família)¹¹.

Outra questão importante de se analisar na Tabela 1 é a diferenciação entre os dois extremos da distribuição. Os brasileiros do 99º percentil, que possuíam uma renda de até R\$ 20.041,76 em 2002-2003, passaram a dispor de até R\$ 13.340,78 no último período, o que corresponde a uma redução de praticamente um terço na renda real. Quando se compara esta variação negativa com a do 1º percentil, é visível uma menor redução para este último, demarcando uma queda de, aproximadamente, 25%. Por outro lado, as menores variações se dão no 5º e no 25º percentil. Comparando os resultados encontrados, é possível notar os efeitos da crise de 2014-2016 teve efeito disperso ao longo da distribuição da renda, reafirmando que possivelmente existe uma maior volatilidade da renda dos extremos.

¹¹ Campello (2013) mostra o impacto dessas políticas com maior profundidade.

Tabela 1 - Estatísticas gerais da renda dos brasileiros: 2002-2003 e 2017-2018

		2002-2003 ¹	2017-2018
Estatísticas descritivas	Média	R\$ 2.416,72	R\$ 1.808,01
	Desvio Padrão	R\$ 4.517,75	R\$ 3.214,71
Percentis	1%	R\$ 107,35	R\$ 103,16
	5%	R\$ 222,29	R\$ 221,17
	10%	R\$ 322,33	R\$ 322,23
	25%	R\$ 602,12	R\$ 580,94
	50% (Mediana)	R\$ 1.212,40	R\$ 1.075,48
	75%	R\$ 2.505,69	R\$ 1.920,48
	90%	R\$ 5.230,08	R\$ 3.606,69
	95%	R\$ 8.247,58	R\$ 5.696,59

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

¹ Valores deflacionados usando como base o INPC médio entre 2017 e 2018.

Em paralelo com as variações da renda entre 2002-2003 e 2017-2018, a Tabela 2 mostra a distribuição do consumo total por intervalo de Salário Mínimo (SM). Os valores por categorias representam a soma dos consumos de todos os indivíduos de cada categoria, de acordo com os dados coletados da POF. Os percentuais de participação mostram uma possível redistribuição do consumo, uma vez que as despesas totais daqueles que possuem as maiores rendas diminuíram enquanto a base da distribuição aumentou (até 3 SM). A variação mais significativa também ocorreu nos que receberam entre 1 e 2 SM (mais de 8 pontos percentuais). Tal realocação do consumo total pode ser explicado pelo aumento no nível das despesas relativas dos indivíduos que recebiam até 3 SM, sendo que esse contingente, que abrangia quase 45% do consumo total no período 2002-2003, se elevou para mais de 58% no segundo período.

Tabela 2 - Categorização do Consumo: 2002-2003 e 2017-2018

Intervalos de renda em SM ²	2002-2003 ¹		2017-2018	
	Consumo total (R\$ Bilhões) ³	%	Consumo total (R\$ Bilhões)	%
Até 1/2	17,60	4,68	10,80	5,41
Entre 1/2 e 1	39,00	10,37	25,40	12,71
Entre 1 e 2	65,20	17,34	50,90	25,48
Entre 2 e 3	46,80	12,44	29,90	14,96
Entre 3 e 4	33,90	9,01	17,90	8,96
Entre 4 e 5	23,70	6,30	11,90	5,96
Entre 5 e 6	21,50	5,72	7,50	3,75
Entre 6 e 7	12,80	3,40	7,30	3,65
Entre 7 e 8	15,10	4,01	4,90	2,45
Entre 8 e 9	11,30	3,00	5,10	2,55
Entre 9 e 10	9,10	2,42	3,40	1,70
Entre 10 e 20	44,80	11,91	17,20	8,61
Acima de 20	35,30	9,39	7,60	3,80
Total	376,10	100,00	199,80	100,00

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

¹ Valores deflacionados usando como base o INPC médio entre 2017 e 2018.

²SM: Salário(s) Mínimo(s)

³ Valores reais (deflacionados) pareados com o período 2017-2018.

Para entender, por fim, as variações associadas do consumo com a renda, a Tabela 3 traz uma análise descritiva da *PmeC* entre os períodos estudados. Observando as estatísticas (média e mediana), é possível ver que os maiores valores se concentram nas categorias de renda mais elevada, o que confirma o pressuposto abordado no início da segunda seção, a Lei Psicológica Fundamental¹². Colocando os períodos em paralelo, é possível notar que as reduções das propensões entre 2002-2003 e 2017-2018 foi generalizada entre as categorias de renda por SM, não existindo um padrão tão claro na redistribuição, como na renda (Tabela 1) e no consumo (Tabela 2), apesar de que, de forma geral, as maiores reduções se concentram nos intervalos dos extremos.

¹² De acordo com a abordagem keynesiana (KEYNES, 1988 [1936], p. 77), os indivíduos que possuem as menores rendas tendem a consumi-las quase por completo, podendo as despesas, em alguns casos, apresentarem valores superiores às rendas disponíveis (situação em que os valores da *PmeC* são maiores que um).

Tabela 3 - Categorização da Propensão Média a Consumir: 2002-2003 e 2017-2018

Intervalos de renda em SM ¹	2002-2003			2017-2018		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Até 1/2	1,4929	1,0624	1,9543	1,1346	0,7789	3,3352
Entre 1/2 e 1	1,1024	0,8366	4,9386	0,6950	0,5869	0,4664
Entre 1 e 2	0,8759	0,7495	0,8749	0,6095	0,5252	0,4596
Entre 2 e 3	0,8487	0,7279	0,6486	0,5634	0,4858	0,3613
Entre 3 e 4	0,8204	0,7045	0,6424	0,5151	0,4594	0,3332
Entre 4 e 5	0,7762	0,6652	0,9185	0,5060	0,4291	0,3192
Entre 5 e 6	0,7660	0,6576	0,5242	0,4837	0,4219	0,2936
Entre 6 e 7	0,7032	0,6080	0,4266	0,4689	0,4043	0,3088
Entre 7 e 8	0,7939	0,6950	0,4965	0,4583	0,4211	0,2636
Entre 8 e 9	0,6775	0,6303	0,3592	0,4550	0,3757	0,3611
Entre 9 e 10	0,7131	0,6580	0,4057	0,4066	0,3605	0,2259
Entre 10 e 20	0,6831	0,6119	0,4704	0,4161	0,3510	0,2819
Acima de 20	0,5703	0,5175	0,3964	0,3074	0,2535	0,2282

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

¹ SM = Salário Mínimo

Os resultados das estatísticas descritivas apontaram para uma queda geral do consumo e da renda entre 2002-2003 e 2017-2018, sendo que, por a tendência de queda do primeiro ter sido maior do que a do segundo, a *PmeC* também se reduziu entre os períodos. Com isto, percebe-se que existiu um movimento de redistribuição desses fatores, sendo que, as questões macroeconômicas do período, concentrando-se nas instabilidades geradas pela crise de 2014-2016, possivelmente gerou essas rupturas nos padrões de consumo das diferentes classes de renda. Contudo, é preciso aprofundar essas análises perante o formato distributivo a *PmeC*, para se ter uma visão mais sólida desses impactos – o que é realizado na próxima seção.

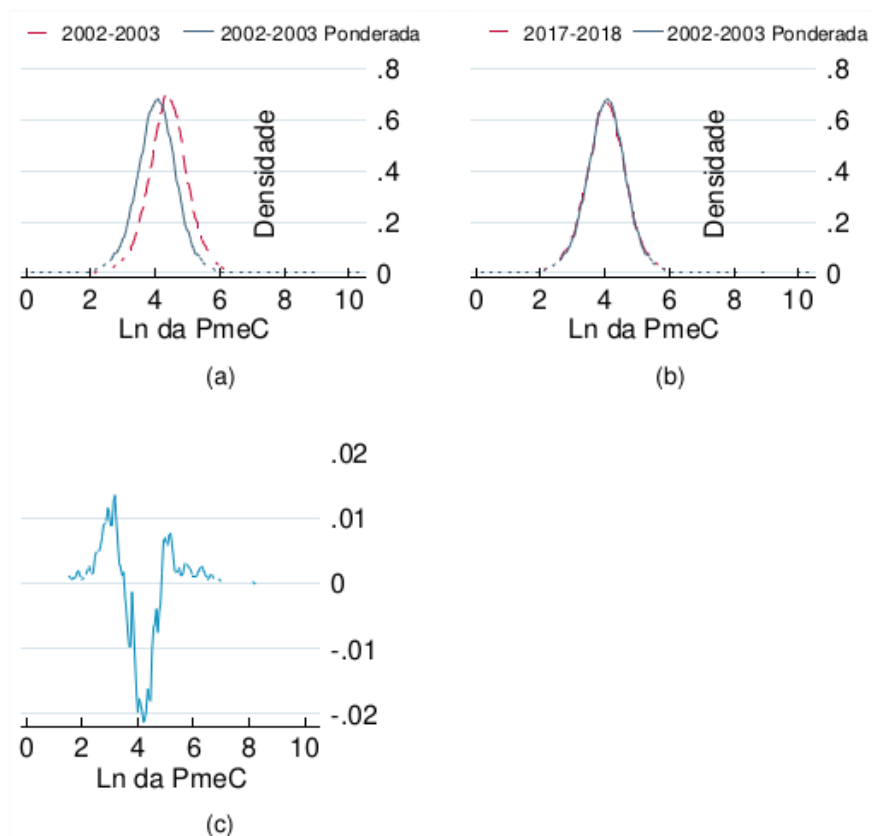
5. DIFERENÇA DAS PROPENSÕES NOS PERÍODOS

Aplicando o método DFL, proposto por DiNardo, Fortin e Lemieux (1996), através dos procedimentos de Azevedo (2005), a Figura 1 apresenta a comparação entre duas curvas de distribuição do logaritmo natural da *PmeC*: a real e a simulada (contrafactual). Na parte (a) da figura é possível notar que a distribuição do logaritmo natural da *PmeC* de 2002-2003 (*Periodo=0*) passa a se deslocar para a esquerda quando simulada¹³ para o período de 2017-2018 (*Periodo=1**) – comparação da posição da linha sólida em azul com a vermelha

¹³ Nas figuras as densidades contrafactuais estão marcadas como “ponderadas” por conta do método DFL, o qual aplica um fator de reponderação sobre a densidade de Kernel para estimar uma simulação da variável nula ($y=0$) caso ela se comportasse como não-nula ($y=1^*$).

tracejada). Assim, a análise gráfica indica que os fatores explicativos distributivos pontuados entres os períodos direcionaram a *PmeC* para um movimento de queda. A parte (b) da Figura 1 expressa que a densidade de probabilidade de 2002-2003 quando simulada para 2017-2018 (*Período=1**) se comporta de forma muito semelhante à densidade de 2017-2018 de fato (*Período=1*), o que pode ser visto na parte (c).

Figura 1 - Diferença contrafactual entre os períodos 2002-2003 e 2017-2018



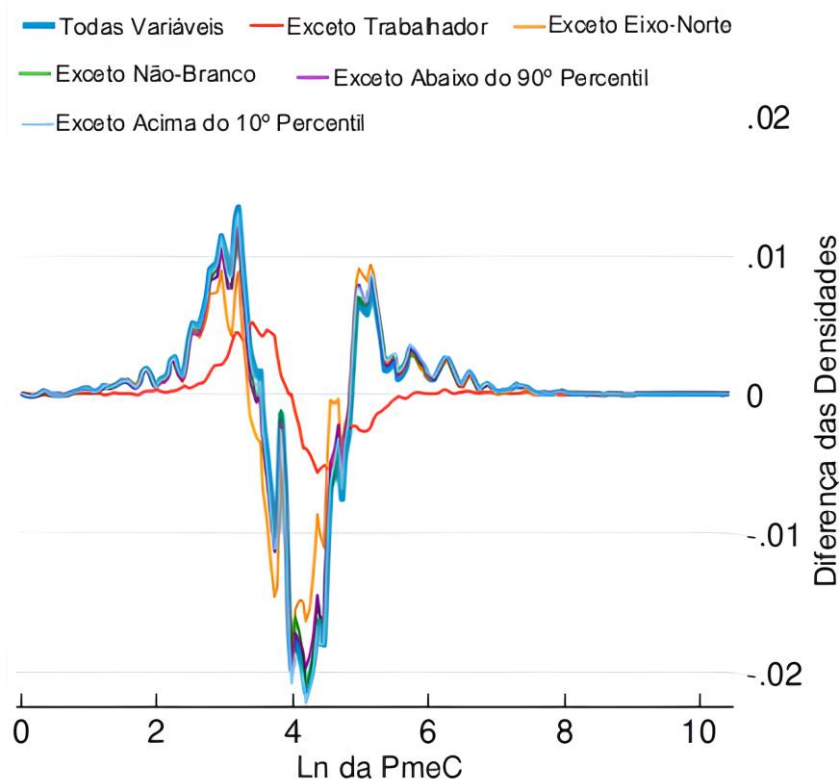
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Com o intuito de associar esses resultados aos momentos conjunturais (que foram apresentados ao longo do referencial teórico) deve-se retomar o contexto político e econômico do final do primeiro governo Dilma em diante. Como pontua Mello e Rossi (2017), as pressões políticas de determinados grupos de pressão do setor privado, como o setor financeiro, fizeram com que o investimento fosse reduzido no segundo Governo Dilma, o que ficou marcado pela reversão do industrialismo pela austeridade – processo aprofundado durante o governo Temer. Dessa forma, o período 2017-2018 se caracteriza pela nova hegemonia neoliberal, caracterizado pela adoção de medidas contracionistas e pró-cíclicas, conforme o discorrido por Oreiro e De Paula (2019), como o aumento continuado da taxa SELIC e a implementação do teto de Gastos. A essas medidas soma-se a reforma trabalhista de 2017¹⁴, que contribuiu para a redução da renda dos trabalhadores. Esses processos podem explicar a queda do consumo entre os períodos estudados.

¹⁴ Em uma análise quantitativa, Trovão e Araújo (2020) analisam o impacto da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho no Brasil, entre 2017 e 2019. Os autores mostram que a política foi pouco efetiva no tratamento de questões como desemprego e salários, seguindo o caminho da informalidade.

A Figura 2 mostra a decomposição dos fatores explicativos da diferença entre a curva de distribuição do logaritmo natural da *PmeC* no corte de 2017-2018 e a contrafactual, quando os fatores de 2002-2003 simulam os de 2017-2018. Nota-se que o fator que mais se destaca na diferença é o que separa os trabalhadores dos empregadores, conforme a compressão da curva vermelha em relação às demais. Em termos práticos do método aplicado, isto significa que, ao retirar a variável *Trab* (ver Quadro 1) do modelo de estimação, a curva se simulada ($y=I^*$) se comportaria de forma mais próxima a real ($y=I$)¹⁵.

Figura 2 - Decomposição da diferença das densidades nos períodos



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

O fato de a renda do trabalho compor a maior parte dos rendimentos dos grupos da base da distribuição pode explicar o maior peso desse fator nesta análise de “morfologia” das curvas de distribuição entre os períodos. Alguns trabalhos mais recentes tentam entender a papel do mercado trabalho nas oscilações da desigualdade de renda após os anos 2000, como Hoffman (2020), por exemplo, que, estudando o intervalo 1995-2019, percebe que os movimentos estruturais e conjunturais, em paralelo com a evolução do desemprego no Brasil, influem na retomada da desigualdade e da pobreza após 2014. Saboia *et al.* (2021) observam que as variações na renda dos brasileiros foi fortemente influenciada pelo movimentos de valorização e desvalorização do Salário Mínimo, sendo que após 2015, a deterioração da representatividade dos trabalhadores e o aumento exacerbado da informalidade tiveram forte influência no aumento da desigualdade – a asseguaração do Salário Mínimo contemplava apenas a reduzida massa dos trabalhadores formais. Dando sentido para relação da formação da renda no mercado de trabalho, e sua ênfase na distribuição do consumo, alguns trabalhos de influência kaleckiana e neokaleckiana, como Azevedo, Fonseca e Missio (2022), Almeida

¹⁵ Como a diferença entre as curvas real e a simulada nesta aplicação é pouco, conforme o observado na parte (c) da Figura 1, esta redução das diferenças não alteraria a interpretação dos resultados encontrados.

e Alencar (2022) e Brenk (2019), incorporam a perspectiva da composição da demanda agregada na evolução histórica e cíclica da economia brasileira.

Retomando a questão conjuntural diante dos resultados da pesquisa, comparou-se aqui a propensão a consumir dos brasileiros entre 2003-2004 e 2017-2018, buscando entender como essa se alterou entre o começo dos anos 2000 e o final dos anos 2010. Assim, verifica-se uma redução da *PmeC* em torno do seu valor médio, fator que, conforme aponta a revisão de literatura, está relacionada com o impacto da crise de 2014-2016 sobre a contração da renda no Brasil. Comparando esta pesquisa com o trabalho de Leite (2015), que também realiza um exercício de simulação sobre os dados da POF, relacionando os efeitos das alterações na distribuição da renda sobre a propensão a consumir, é possível notar uma diferença considerável nas mudanças da propensão a consumir entre períodos de crescimento econômico e redução da desigualdade – conforme Leite (2015) compara 2002-2003 e 2008-2009 – com aqueles que incluem uma conjuntura de deterioração socioeconômica – visto que este trabalho destaca a crise de 2014-2016 na análise comparativa da renda e do consumo entre 2002-2003 e 2017-2018. Espera-se, desta forma, ampliar o leque das análises empíricas que tratam da temática, produzindo uma visão mais ampla dos movimentos cíclicos da economia brasileira.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes momentos históricos da economia brasileira influenciaram os padrões de consumo, o que se torna evidente quando se analisa o impacto que os contextos de crises provocam no circuito cíclico macroeconômico por meio da deterioração da demanda agregada. A perspectiva keynesiana do Princípio da Demanda Efetiva, que engloba os conceitos da Lei Psicológica Fundamental e do Efeito Multiplicador, contribuiu para se analisar a oscilação do consumo frente às variações dos rendimentos.

Considerando essa abordagem, o presente trabalho teve por objetivo comparar a distribuição da propensão a consumir dos brasileiros entre os períodos 2003-2004 e 2017-2018. No exercício de tentar entender como a propensão a consumir dos brasileiros se alterou entre os recortes temporais estudados, verificou-se, por meio da aplicação das estatísticas descritivas e do método DFL, uma tendência de redução da *PmeC* perante a redução dos rendimentos em suas diferentes categorizações. No método de decomposição (representado pela Figura 2) percebeu-se que o fator que mais influenciou as diferenças na construção contrafactual da curva normalizada da *PmeC* foi a divisão trabalhador-empregador.

Com base nessa análise, foi possível concluir que o comportamento dos salários no Brasil entre os anos 2000 e 2010 é o fator determinante na alteração dos padrões de consumo após a crise de 2014-2016. Sintetizando a diferenciação das consequências desta crise nas camadas de distribuição da renda, percebeu-se uma possível concentração dos seus efeitos nas classes de menor poder aquisitivo, o que engloba massivamente o grupo dos trabalhadores. O agravamento dessa situação, diante da perda de dinamização da demanda agregada, foi acentuada pelas políticas contracionistas pró-cíclicas, uma tentativa de retomada da estabilidade via austeridade, o que limitou as possibilidades redinamização do consumo pela deterioração do mercado de trabalho e pela compressão dos gastos públicos.

As colocações presentes nesta pesquisa permitem abrir espaços para a execução de novos estudos. Com tudo que foi apresentado, deve ser ressaltada a necessidade de pesquisas que tratem da questão do mercado de trabalho e seus arranjos na distribuição de renda com maior profundidade, principalmente no que diz respeito à diferenciação dos padrões de consumo, quantitativo e qualitativo, entre as diferentes classes produtivas nos momentos de instabilidade e estabilidade da economia nacional. Do ponto de vista empírico, é possível utilizar outras fontes de dados, outros métodos de inferência e novos recortes temporais para

observar a relação conjuntural da renda e do consumo no Brasil contemporâneo. Este tipo de aplicação permitirá aprofundar as discussões e preencher algumas lacunas metodológicas de pesquisa, principalmente no que se refere ao tratamento longitudinal das análises.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alex; ALENCAR, Douglas. Crescimento, Demanda Agregada e distribuição pessoal da renda no Brasil: 1996 a 2015. **Brazilian Keynesian Review**, n. 8, v. 1, p. 72-91, 2022.
- AZEVEDO, João Pedro. **DFL: Stata Module to Estimate DiNardo, Fortin and Lemieux Counterfactual Kernel Density**. Boston College Department of Economics: Massachusetts, 2005.
- AZEVEDO, Laís Fernanda; FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MISSIO, Fabricio José. Distribuição de renda e regime de crescimento econômico no Brasil: avaliação e propostas. **Revista de Economia Política**, n. 42, v. 1, p. 25-47, 2022.
- BRENK, Clara Zanon. **Distribuição, estrutura produtiva e demanda agregada no Brasil: uma análise de inspiração Kaleckiana**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão**. Brasília: IPEA, 2013. cap. 1. p. 15-24.
- DINARDO, John; FORTIN, Nicole M.; LEMEIX, Thomas. Labor Market Institutions and the distribution of wages, 1973-1992: a semiparametric approach. **Econometrica**, v. 64, n. 5, 1996.
- HOFFMAN, Rodolfo. Desigualdade de renda no Brasil, 1995-2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 2, 2020.
- HOFFMAN, Rodolfo. Insegurança alimentar no Brasil após crise, sua evolução de 2004 a 2017-2018 e comparação com a variação da pobreza. **Segurança Alimentar Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 1-47, 2021.
- KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 283 p.
- LEITE, Fabrício Pitombo. Como o grau de desigualdade afeta a propensão marginal a consumir? Distribuição de renda e consumo das famílias no Brasil a partir dos dados das POF 2002-2003 e 2008-2009. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 617-650, 2015.
- MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro. **Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma**. Texto para Discussão. Campinas: IE-Unicamp, n. 309, 2017.

OLIVEIRA, Tiago; AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Política econômica, neoliberalismo e mercado de trabalho no Brasil (2015-2021). **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 4, 2022.

OREIRO, José Luis da Costa.; DE PAULA, Luiz Fernando. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar**. Rio de Janeiro: mimeo, 2019.

PRATES, Daniela Magalhães; FRITZ, Bárbara; De Paula, Luiz Fernando. **O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise?** Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. Texto para Discussão. Campinas: IE-Unicamp, n. 9, 2019.

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TERRA, Fábio Henrique Bittes. Ciclo, crise e retomada da economia brasileira: avaliação macroeconômica do período 2004-2016. **Economia e Sociedade**, v. 29, p. 469-496, 2020.

REZENDE, Ezequiel Henrique; LIMA, Débora Juliene Pereira; DE SOUZA VELOSO, Manoel Vitor. Multiplicadores de gastos e vazamento de renda: evidências preliminares para o Brasil. In: Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 14, São Bernardo do Campo, 2021. **Anais [...]**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/akb2021/375720-multiplicadores-de-gastos-e-vazamentos-de-renda--evidencias-preliminares-para-o-brasil/>. Acesso em: 10 de abri. 2024.

SABOIA, João; HALLAK NETO, João; SIMÕES, André; DICK, Paulo César. Mercado de trabalho, Salário Mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente. **Revista de Economia Contemporânea**, n. 25, v. 2, p. 1-30, 2021.

SALES, Suelen Aparecida Novata. **Padrões de Renda e Consumo das Classes Médias em dois momentos de crise: um estudo da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Economia brasileira no início do século XXI: desaceleração, crise e desindustrialização. **Semestre Económico**, v. 22, n. 50, p. 107-128, 2019.

SICSÚ, João. Governos Lula: a era do consumo? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 1, p. 128-151, 2019.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil até 2019. **RBEST Revista Brasileira De Economia Social E Do Trabalho**, v.2, 2020.

VAZ, Daniela Verzola; HOFFMANN, Rodolfo. Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 1, p. 163-186, 2021.